



EDITORIAL

NOTÍCIAS

APÓS ANOS E ANOS EM PERDA... MUDAR DE RUMO!

Conscientes do difícil contexto que se vive no país e nunca abandonando a atitude solidária com quem sofre mais fortemente as consequências da actual conjuntura, não abdicamos de exigir, para o Orçamento do Estado (OE) de 2022, aquilo que é justo e realista no que afeta as pessoas mais velhas e queremos dizê-lo aos responsáveis políticos.

Segundo o Eurostat, a inflação em Portugal foi de 5,5%, no passado mês de Março, muito superior, portanto, aos 4% previstos pelo governo. As pensões tiveram, em Janeiro, ao abrigo de uma lei desactualizada, um aumento insignificante, com o mais elevado a valer 1% para as pensões até 886,40 €, o mais baixo 0,24%, para as pensões acima de 2659,20 € e o de valor intermédio, 0,49%, para as pensões entre 886,40 € e 2659,20 €. Note-se que nem a diferença para os 10,00 € atribuídos às pensões até 1108,00 € permite fazer face à inflação real que já tanto se faz sentir. Apesar do aumento generalizado de preços não atingir todas as pessoas por igual e de as mais afectadas serem as que menos recebem, todos os nossos rendimentos reais vão cair, uma vez que o OE 2022 não contempla aumentos de pensões.

A resistência do governo em aumentar salários e pensões parece ter como objectivo melhorar o deficit e reduzir a dívida. Contudo, um possível aumento daqueles em, por exemplo, 3% não seria responsável por provocar a apregoada “espiral inflacionária” visto ser inferior aos ganhos de produtividade, estimados em 3,5%. Não nos conformamos com aquela perspectiva do governo, depois de tantos anos a perdermos poder de compra. Já Jorge Sampaio dizia que “*Há mais vida para além do déficit*”.

Apesar de o OE prever medidas de apoio como o destinado a alimentos, a redução do ISP (imposto sobre produtos petrolíferos) ou o *autovaucher*, estas medidas são apenas pontuais e temporárias.

As áreas que mais nos preocupam são, naturalmente, as da Saúde e da Segurança Social. Não é clara, no OE, por exemplo, a previsão de uma verba que garanta a atribuição de médico de família a todos os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS). É uma necessidade da população, em geral, e dos mais velhos em particular, dada a sua vulnerabilidade física e a necessidade frequente de recorrerem a exames auxiliares de diagnóstico que só são gratuitos (seja no SNS ou nos privados) se forem requisitados pelo médico de família. O alargamento da rede de cuidados continuados/integrados, o reforço de verba para o apoio domiciliário e também a garantia de plena implementação do estatuto do cuidador informal, são omissos na sua quantificação, o que não deixa de preocupar tendo em conta as reduzidas prestações nestas áreas.

O combate às desigualdades, agravadas pela situação internacional decorrente da guerra, deveria ser um dos grandes objectivos deste orçamento, de forma a que elas não venham a constituir uma ameaça à coesão social e à democracia, abrindo espaço ao discurso populista.

A APRe! está atenta e fará a sua parte, por uma vida melhor para quem a ela tem direito.

Maria do Rosário Gama

DIA EUROPEU DA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES



29 de abril
Dia Europeu da Solidariedade
entre Gerações

O 29 de Abril é celebrado como Dia Europeu da Solidariedade entre Gerações desde 2009, quando a União Europeia (EU) o adoptou com a finalidade de chamar a atenção do público para a necessidade de políticas adequadas às pessoas mais velhas na UE.

A solidariedade entre gerações desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de sistemas justos e sustentáveis como resposta aos desafios económicos, demográficos e sociais que enfrentamos actualmente.

Em 2022, a APRe! saudou o Dia Europeu da Solidariedade entre Gerações e associou-se a todas as iniciativas que o assinalaram a nível europeu, sob a égide da AGE Platform Europe, em que se encontra integrada.

<https://www.age-platform.eu/logo-european-day-solidarity-between-generations>

<https://www.age-platform.eu/event/european-day-solidarity-between-generations>

A Direção enviou, ainda, um comunicado aos Órgãos de Comunicação Social a propósito desta data e do seu significado.

PETIÇÃO PÚBLICA PARA CORRIGIR UMA INJUSTIÇA



PETICAOPUBLICA.COM

**ALTERAÇÃO DO MONTANTE DO
SUBSÍDIO POR MORTE**

O seu apoio é muito importante. Apoie esta
causa. Assine a Petição.

Foi lançada neste mês de abril, por iniciativa da APRe!, a **petição** para

"ALTERAÇÃO DO MONTANTE DO SUBSÍDIO POR MORTE"

com vista a que a Assembleia da República corrija uma situação muito injusta que ainda se mantém desde os tempos da "troika", com o corte para metade do montante então em vigor.

Apelamos vivamente à sua subscrição e divulgação, tendo em conta que é uma iniciativa que, de uma forma ou de outra, toca todas as pessoas.

O link para **subscrição on-line**, com o texto explicativo detalhado, é o seguinte:

<https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT112217>

Como é habitual, depois de assinada a petição, recebe-se por mail um pedido de **confirmação**, através da abertura de um link próprio, operação sem a qual a subscrição não é validada.

As Delegações da APRe! dispõem da versão própria para recolha de **assinaturas em papel**. Os associados/as podem, se assim o desejarem, requisitá-la.

A APRe! e a COMUNICAÇÃO SOCIAL



A RTP1 transmitiu curtas declarações da Presidente da Direcção da APRe! no programa informativo Bom Dia, no sábado, 23 de abril. O tema foi o “aumento” das pensões.

[a partir do minuto 14, no link:

<https://www.rtp.pt/play/p9675/e612816/bom-dia-portugal-fim-de-semana?fbclid=IwAR1SoeLJu5iVXSnGgKNUoCJV2LCgnmlSDMF6LqinPggyrz4kOjEVYIXO3AI>

A 24 de abril, Maria do Rosário Gama foi convidada da CNN Portugal para uma conversa sobre “o 25 de Abril dos mais velhos”.

[Ver o vídeo a partir de 1:40h em

<https://cnnportugal.iol.pt/.../626511210cf2ea367d37eca1>]



Em mais uma das suas já habituais participações, Maria do Rosário Gama, presidente da Direcção da APRe!, esteve, a 27 de abril, na “Praça da Alegria”, da RTP1 – numa conversa em que entraram tópicos como: significado e valores do 25 de Abril; efeitos da pandemia sobre a população mais velha, a situação em alguns lares e problemas de saúde mental; a crueldade da guerra na Ucrânia e a necessária solidariedade; e o OE 2022, no que toca a reformados, aposentados e pensionistas.

Na parte central e mais longa da sua intervenção, relativamente aos ditos “aumentos extraordinários das pensões”, apresentou o que se passa, concretamente (exemplificando com quadros/casos) e comentou a situação chocante de tanta gente a viver abaixo do limiar de pobreza e a contínua desvalorização das reformas no nosso país (desde 2006, por causa da lei dita de “actualização”).

[Ver, parte II, desde o início (são 15 minutos), no link:

<https://www.rtp.pt/.../e613431/praca-da-alegria/1035421>]



- O IAS (INDEXANTE DOS APOIOS SOCIAIS) FOI ATUALIZADO EM 1%: PASSOU PARA € 443,20
- PENSÕES MÍNIMAS E ATÉ € 886,40 FORAM ATUALIZADAS EM 1%
- PENSÕES ACIMA DE € 886,40 E ATÉ € 2.659,19 FORAM ATUALIZADAS EM 0,49%
- PENSÕES ACIMA DE € 2.659,19 FORAM ATUALIZADAS EM 0,24%



Direito ao cuidado, cuidado com direitos.

INICIATIVA LEGISLATIVA CIDADÃ

A Direção da APRe! foi convidada para integrar o conjunto de organizações promotoras da Campanha pela **Iniciativa Legislativa Cidadã “Direito ao cuidado, cuidado com direitos.”** e aceitou o convite. Iremos, de futuro, empenhar-nos na sua **divulgação**, na **recolha de elevado número de assinaturas** e no sucesso do **processo legislativo final**. Trata-se de uma causa que também é nossa, de há muito tempo, e sobre cujo poder mobilizador não temos dúvidas.

Transcrevemos, a seguir, o texto que acompanha o lançamento da iniciativa, cuja apresentação pública teve lugar em Lisboa, no passado dia 19 de abril, já com a presença de dois membros da Direção da APRe!

[Direito ao Cuidado, Cuidado com Direitos](#)

A campanha Direito ao Cuidado, Cuidado com Direitos é uma Iniciativa Legislativa Cidadã (ILC) com o objetivo de apresentar uma lei a ser discutida e votada na Assembleia da República.

Essa Lei pretende atingir três objetivos:

- Assegurar direitos laborais plenos aos e às profissionais dos cuidados a quem a lei continua a impor a precariedade;
- Alargar a licença de parentalidade e criar uma licença de cuidados;
- Criar um Serviço Nacional de Cuidados, de modo a instituir os cuidados como um direito social universal e uma responsabilidade coletiva.

Esta campanha, que nasce da reflexão e debate entre várias organizações sobre a forma como os cuidados são prestados em Portugal, tanto do ponto de vista das pessoas que são cuidadas como do das que cuidam, propõe-se recolher 20 mil assinaturas, de modo a que a proposta possa ser discutida e votada na Assembleia da República.

O trabalho de cuidados engloba todas as atividades que mantêm casas, corpos e comunidades. É nele que assenta o nosso quotidiano e a nossa existência. No entanto, como não é considerado um direito - ao contrário da saúde ou da educação, por exemplo -, tem uma resposta pública residual, que não chega à maior parte das pessoas. Esta responsabilidade é assegurada, maioritariamente, pelas famílias e, dentro delas, pelas mulheres. No nosso país, 80% dos cuidados continuados são prestados pelas famílias, estimando-se que cerca de 1 milhão de pessoas sejam cuidadoras informais, das quais 4 em cada 5 são mulheres.

Em Portugal, a resposta à necessidade de cuidados depende quase exclusivamente do setor informal e da sobrecarga das famílias. A oferta de serviços formais é muito reduzida, sendo a sua taxa de cobertura das mais baixas da Europa. O acesso a serviços de cuidados está entregue às IPSS, tendo o Estado e as famílias como co-financiadoras. Vejamos o exemplo das pessoas idosas: a cobertura de cuidados formais - lares, centros de dia e apoio domiciliário - abrange apenas 13% das necessidades reais. Este retrato estende-se a todas as outras áreas do setor dos cuidados, em que falta investimento e oferta, em que não há resposta pública, logo, não há sequer o reconhecimento do direito.

A organização deste setor está indelevelmente marcada pela precariedade e pela desvalorização salarial das suas profissionais, as dos cuidados e as do serviço doméstico (90% de mulheres). O setor dos cuidados é dos setores que mais emprego tem criado (e dos que mais pode ainda criar), mas o modelo que o rege é o da exploração do trabalho precário e migrante, que acentua desigualdades de género, de classe e étnico-raciais. As leis laborais também não reconhecem o direito a cuidar. Os horários, regimes de trabalho e licenças não estão adequados às necessidades, implicando que muitas pessoas, maioritariamente mulheres, sejam empurradas para a dupla jornada de trabalho ou tenham de abdicar de um trabalho no setor formal da economia, que lhes garante salário, para cuidarem de crianças ou idosos, por exemplo.

Reclamamos uma resposta pública capaz de garantir o direito a cuidar e o direito a ser cuidado. Exigimos respostas públicas de qualidade e adaptadas aos diversos contextos, de modo a garantir direitos e proteção social a quem trabalha e cuidados personalizados a quem é cuidado.

Colocar os cuidados no centro do debate político é também uma forma de combater as desigualdades. Tornar os cuidados um direito social universal e uma responsabilidade coletiva é uma proposta da democracia exigente.

A Coletiva

Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis

Associação dos Profissionais do Regime de Amas

Associação Nacional de Cuidadores Informais

Solidariedade Imigrante | Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes

Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social



A INFLAÇÃO NAS NOSSAS VIDAS

A inflação ocorre quando se verifica um aumento geral dos preços dos bens e serviços e não apenas de alguns artigos. Em consequência, com o mesmo dinheiro, passamos a comprar menos do que dantes. Ou seja, a inflação reduz o valor da moeda ao longo do tempo. Para a população tem sido um fenómeno medianamente reconhecido, por pouco elevada e sem efeitos graves sensíveis. Mas até quando?

Algumas variações de preços são mais importantes do que outras, seja porque dizem respeito a bens ou serviços em que se gasta mais, como é o caso dos combustíveis, ou se referem a outros em que se gasta menos, como é o caso do arroz. Por outras palavras, porque pesam mais ou menos na nossa despesa.

Por outro lado, as pessoas e as famílias têm diferentes hábitos de consumo: umas possuem e utilizam automóveis, fazem uma alimentação cara e frequentam espectáculos ao vivo; outras usam os transportes públicos, fazem uma alimentação com mais cereais e produtos congelados e vêem televisão.

É a ponderação de todos os bens e serviços na despesa das famílias que permite a medição da inflação. É com eles e com os respectivos preços que se constitui um “cabaz” de artigos cujo preço varia com o tempo. À variação percentual do preço desse cabaz chamamos **taxa de inflação**. Entre nós as tarefas de medição cabem ao INE e a nível europeu ao EUROSTAT. *V. link*

[Em que consiste a inflação? \(europa.eu\)](#)

Nos países da UE, como Portugal, a inflação é medida por um “Índice Harmonizado de Preços no Consumidor”, (IHPC), com os mesmos métodos de cálculo, de modo a poder comparar índices e cabazes. *V. link*

[Pasta de trabalho: HICP_dashboard_ETS \(europa.eu\)](#)

Esta medição permite acompanhar a evolução dos preços, ajudando os Governos e os Bancos Centrais a tomar “decisões certas”; ou, com algum cepticismo,

menos erradas. Mas, decerto, mais informadas, viabilizando análise e crítica pelos cidadãos e pela sociedade civil.

O objectivo dessas decisões é o de manter a **estabilidade de preços**. O que passaria por manter nula ou muito baixa a inflação e de forma estável e previsível; mas em função do risco de valores muito baixos gerarem deflação – e recessão económica - aponta-se para 2% a médio prazo.

Os inquéritos a consumidores revelam muitas vezes que **as pessoas “sentem” que a inflação é mais elevada do que os índices calculam**. Porquê?

Os aumentos de preços atraem mais atenção e permanecem mais tempo na memória; os estáveis ou decrescentes são menos notados.

As pessoas também notam mais os preços do que compram frequentemente. Caso dos combustíveis e artigos de supermercado. Mas o dos transportes públicos, após a redução praticada nos passes mensais e com poucas compras diárias, já não preocupa.

Aquisições esporádicas, como automóveis e despesas com férias, apesar de substanciais, e as pagas por transferências automáticas e débitos directos (contas de electricidade e outras) atraem menos atenção.

Os anos de crises vividas **entre 1973 e 1985, com inflação sempre acima de 15%**, ainda estão na memória dos mais velhos. Resultou então de fenómenos de carácter mundial, como a desvalorização do dólar e choques petrolíferos e de reduções nas remessas de emigrantes. Depois disso, quase desapareceu da agenda nacional. *V. link*

[PORDATA - Taxa de Inflação \(Taxa de Variação do Índice de Preços no Consumidor\): total e por consumo individual por objectivo](#)

cont...

Porém, notícias recentes dão conta do **regresso da inflação**, em tons preocupantes. No final de 2021 a Comissão Europeia revia em alta a taxa de inflação na zona Euro para 2,2% em 2022, acentuando que tal teria “carácter temporário”, decorrente do *boom* de consumo pós-pandemia e de preços em crescendo da energia e bens alimentares não processados. Mas resguardando que teriam de ser monitorizados “potenciais efeitos”: repercussão de aumentos de preços e crescimento de salários. Para Portugal, depois de um período de deflação em 2020, antecipava uma inflação de 1,7% em 2022.

Contudo, já em Abril, o Eurostat comunicou que em Março de 2022, a taxa de inflação fora de 7,4% na zona Euro. E que em Portugal a inflação acelerara para 5,5%, bem acima dos 4% que o Governo previa no OE 2022 recém-apresentado.

Infelizmente, as perspectivas de melhoria, com os desenvolvimentos da guerra na Ucrânia, não parecem realizáveis. Os preços do gás natural e do petróleo bruto dificilmente normalizarão a médio prazo, face à dificuldade de encontrar alternativas à Federação Russa disponíveis para a substituir em quantidade suficiente, quando a Ásia aumenta as importações. O mesmo se passa com cereais e oleaginosas, em que os grandes produtores e exportadores são os países em conflito. E, novas produções noutros locais estão dependentes de adubos exportados também por aqueles países.

Nestes termos, só uma intervenção financeira da UE, semelhante à adoptada para a pandemia da

COVID-19, poderá salvar os europeus de uma situação geradora de perda acentuada do seu poder de compra. Intervenção para subsidiar actividades produtivas afectadas pela alta de preços internos e de bens importados, contendo os preços ao comércio. Bem como, a nível nacional, regulação das margens de lucro no comércio interno.

Mas coloca-se a questão da perda do poder de compra de salários e pensões provocada pela retoma da inflação desde finais de 2020. Não podemos ficar pela ideia simplista, senão simplória, de que um aumento geraria uma espiral inflacionista. Os ganhos de produtividade que só não atingiram os serviços turísticos e de restauração, bem como o crescimento do emprego, permitem actualizações significativas. Há pois que iniciar um diálogo social frutuoso, sob pena de reforço do sentimento de injustiça nos mundos do trabalho, dos reformados e pensionistas e da classe média em geral, com a consequente e perigosa alienação em relação ao sistema político.

O que não dispensa um ajustamento dos nossos hábitos de consumo, começando por dar mais atenção ao que pagamos “automaticamente”, reduzir a utilização do automóvel, conter compras de impulso do que não precisamos e fazer uma alimentação mais saudável. Que tal menos carne e mais leguminosas? Com a vantagem de não engordar... afinal uma forma de inflacionar o nosso corpo.

António Crisóstomo Teixeira
Associado nº 1732





ENVELHECER... EM MODO DE ESPERANÇA

Maria tem 68 anos. Gosta de recordar as boas lembranças que tem dos seus avós maternos: a aprendizagem de muitos dos valores que hoje põe em prática; o viver sabendo que as quedas implicam o reerguer-se; alimentar a esperança, o sorriso, a criança que existe em nós; a... amar! Ela recorda a família que eles souberam construir, a velhice bonita que eles tiveram, sempre rodeados por aqueles que tanto lhes queriam.

Uma noite, Maria deu conta de que desligou a televisão com brusquidão. Não se reconheceu. Por que teria tido aquela atitude tão pouco delicada? Enrolada em interrogações aniquilou-se em constatações: guerra, morte, destruição, ausência de valores, ... angústia, dor, sofrimento... Que presente... não o seu propriamente dito, mas o de todos aqueles que são apanhados pelas avalanches das injustiças! “Felizmente vivo em Portugal”, suspirou, “O Portugal que tem um 25 de Abril histórico”. Aquele que teve uma revolução pacífica, bonita, que mostrou o cravo vermelho e cantou o “Grândola, vila morena”, de Zeca Afonso. Aquele que então viveu em festa, a festa da liberdade reconquistada, da perspectiva de construir um país novo, mais justo, mais fraterno e solidário, mais democrático. O 25 de Abril de 1974 que abriu, a Portugal, portas a avanços sociais particularmente na saúde e na educação. Sem dúvida que o êxito mais importante, do ponto de vista social foi a construção progressiva de um Estado Social, de um SNS para todos, do revalorizar da educação (segundo o INE, em 1970 cerca de 26% da população não sabia ler nem escrever, enquanto em 2011 essa percentagem era de 5%), do saborear liberdade. E que nos oferece o 25 de Abril de 2022? A nós, os que vivemos o de ontem, que sonhámos com um “sol”, que se sobrepusesse às “nuvens”, que apresentasse a todos (quer às gerações vindouras quer aos idosos de hoje, que lutaram para que um “25 de Abril”

acontecesse) o brilho/alegria de se sentir que é possível ter-se a qualidade de vida, que merecemos? Que respostas, que apoios são dados aos idosos pela família, pelos serviços e estruturas promovidos pelo Estado, autarquias e IPSS, tendo em vista prevenir ou amparar situações de carência ou dependência? Que respostas aos jovens, que gostariam de trabalhar no seu país, sem necessidade de emigrarem para conseguirem o seu digno “ganha-pão”?

Naquele dia chuvoso, Maria recostou-se no sofá enquanto a sua cadela lhe veio fazer companhia. Recordou a casa de seus avós cheia de gente, qual chilrear de passarinhos felizes. Sorriu e agradeceu. Que gratas recordações tem consigo... Como que em oposição, vieram-lhe à memória as milhentas notícias, tipo relâmpagos devassadores, que passam nos noticiários: a velhinha, que vive doente e desamparada; aqueles lares que foram fechados por não oferecerem o mínimo de condições; aquele velhinho que foi levado ao hospital, graças ao vizinho ter chamado uma ambulância, mas agora os parentes não respondem às chamadas telefónicas para o irem buscar; aquele casal de idosos que tem uma pensão tão diminuta que tem que viver à custa da boa vontade dos filhos, ... Maria abandonou o sofá de forma tão brusca que até a sua cadelita se assustou. Abriu a porta e as suas lágrimas confundiram-se com a chuva. Que 25 de Abril o de 2022?

Apesar de tudo, ela é um “galho” velho, mas forte, que cresceu em amor e que, até por isso, hoje é alimentada pela esperança, fazendo jus à frase de Miguel Torga: “O que é bonito neste mundo, e anima, é ver que na vindima de cada sonho fica a cepa a sonhar outra aventura”!

Elda Calado

Associada nº 2862

48 ANOS DO 25 DE ABRIL – A **APRe!** ESTEVE NAS RUAS...

Foi grande a alegria do reencontro após dois anos de privação do convívio tão fraterno, tão solidário e livre que nos proporcionam as comemorações populares do 25 de Abril.

O marco histórico da ultrapassagem em tempo da duração do período de ditadura também se juntou ao sol para alimentar o ânimo e a certeza de que teremos de estar presentes na defesa daquilo que não está garantido e na recuperação do que nunca ainda foi reposto.

Foi festa e foi juntar de forças!



COIMBRA



LISBOA



PORTO



Um dos grupos da APRe! foi “apanhado” pela reportagem da SIC com as suas mensagens, como “Reformas? Pensões? Nada está garantido”

Artigo Especial

Habitação Adequada na Velhice



A habitação tem sido apontada como um dos principais determinantes sociais da saúde, condicionando a forma como as pessoas vivem e envelhecem. A garantia de uma habitação adequada deve, portanto, ser uma preocupação prioritária na nossa sociedade envelhecida. Mas quais são os desafios e as barreiras enfrentados pelas pessoas mais velhas no acesso a uma habitação adequada e a preços acessíveis? E será que as normas legais existentes estão à altura desses desafios? A nossa recente contribuição para uma consulta das Nações Unidas pode ajudar a obter uma imagem mais clara. [Leia o artigo especial](#)

--- NOTÍCIAS DA AGE ---

Igualdade na Idades: os debates conjuntos da UE e da ONU debruçam-se sobre a necessidade de uma abordagem intergeracional e de percurso de vida nas políticas da UE

A 29 de Março, a AGE co-organizou uma reunião de trabalho sobre Igualdade para todas as Idades na UE com o Gabinete Regional dos Direitos Humanos (OHCHR) das Nações Unidas para a Europa, o Fórum Europeu da Juventude e a Organização Mundial de Saúde (OMS). <https://www.age-platform.eu/policy-work/news/age-equality-joint-eu-and-un-discussions-address-need-life-course-and>

Novo projecto da UE para combater o idadismo através de jogos educativos online

A AGE é parceira do novo projecto Erasmus+ "Smart against Ageism (SAA)" que visa uma melhor inclusão social dos adultos mais velhos através de um jogo educativo online de sensibilização para o fenómeno do idadismo.

<https://www.age-platform.eu/policy-work/news/new-eu-project-challenge-ageism-through-online-educational-gaming>



--- BOAS PRÁTICAS ---

Arte contra o Idadismo

Arte contra o Idadismo é uma aliança de criativos, artistas e activistas empenhados na identificação, expansão e criação de obras artísticas que confrontem e combatam estereótipos negativos sobre a idade e o envelhecimento.

<https://www.age-platform.eu/good-practice/art-against-ageism>



VISITE O SITE DA **APRe!**

<https://www.apre-associacaocivica.pt/>

APRe! REPRESENTAÇÕES

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

1. Conselho Económico e Social (CES)
2. Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
3. Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
4. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade , Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. AGE Platform Europe - Conselho de Administração
2. OEWGA – Grupo de Trabalho para o Envelhecimento da ONU
3. ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas

ENDEREÇOS COM INTERESSE

<https://www.dgs.pt/>

<https://www.who.int/>

<https://whc.unesco.org/en/list/>

MAIS INFORMAÇÕES

<https://www.apre-associacaocivica.pt/> (Página Oficial da APRe!)

<https://m.facebook.com/groups/apreassociados/> (Grupo de Associados no Facebook)

<https://m.facebook.com/APRe-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Aposentados-Pensionistas-e-Reformados-593878590700923/>

(Página Institucional no Facebook)